



**Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul**  
Concurso Público 2012  
**Analista – Direito (Nível Superior)**

**Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Tarde**

**Direito**  
**TIPO 4 – AZUL**

**Informações Gerais**

- Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - uma folha destinada à transcrição da resposta da questão discursiva;
  - este caderno de prova contendo **sessenta** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e **uma** questão discursiva.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva e do texto definitivo da prova discursiva, você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para o preenchimento das respostas às questões objetivas e texto definitivo da prova discursiva;
  - marcar nas as folhas de respostas da prova objetiva e do texto definitivo da prova discursiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e do texto definitivo da prova discursiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.
- O tempo disponível para a realização da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo para a marcação das folhas de respostas da prova objetiva e do texto definitivo da prova discursiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva e do texto definitivo da prova discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue as folhas de respostas e de texto definitivo ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar uma das folhas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de texto definitivo.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **04/02/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/mpms12>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **05/02/2013** até às 23h59min do dia **06/02/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/mpms12>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



## Língua Portuguesa

### Perigosa Intolerância

Recentemente, em “Avenida Brasil” – brilhante novela de João Emanuel Carneiro – era possível acompanhar uma trama que unia dois homens e uma mulher, e outra que abordava o casamento entre um homem e três mulheres. Neste segundo caso, com direito a vestidos nas noivas e beijos enfileirados lado a lado. Esse fato não provocou o menor alvoroço na sociedade como causa a manifestação de afeto entre duas pessoas do mesmo sexo. Paradoxalmente, por algum critério de moralismo seletivo, o tal “beijo gay” ainda continua sendo um tabu.

Sou casado há 17 anos. Uma relação pública abençoada por toda nossa família. É importante ressaltar que casamento civil nada tem a ver com nenhuma cerimônia religiosa. A definição de casamento, segundo o Código Civil, art. 1511: “O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”.

Por que, afinal, as pessoas querem se casar? Porque em nosso país cidadãos que se unem para dividir uma vida em comum só têm a ampla proteção, em direitos e deveres, se realizado o casamento civil, estabelecido no Código Civil. O ministro Luiz Felipe Salomão, do STJ, em decisão sobre casamento civil, declarou em seu voto: “Com efeito, se é verdade que o casamento civil é a forma pela qual o Estado melhor protege a família, e sendo múltiplos os ‘arranjos’ familiares reconhecidos pela Carta Magna, não há de ser negada essa via a nenhuma família que por ela optar, independentemente da orientação sexual dos partícipes, uma vez que as famílias constituídas por pares homoafetivos possuem os mesmos núcleos, a dignidade das pessoas de seus membros e o afeto”.

No último dia 6, a coluna de um jornalista noticiou que uma conversão de união estável em casamento entre duas pessoas do mesmo sexo na cidade fluminense de Sapucaia deve sofrer represália de um grupo religioso que promete uma passeata contra a união e já roda um abaixo-assinado para tentar anular a decisão. É muito perigoso esse nível de intolerância e interferência na vida dos outros que tem acontecido no Brasil. Pessoas têm se unido para fazer com que as regras da sua religião sejam impostas à sociedade, mesmo aos que não comungam de sua fé.

Reconheço que não vejo a comunidade judaica organizar-se para impor suas regras e viabilizar um projeto de lei que proíba o consumo de carne de porco no país ou para que tenhamos de respeitar o shabat. Não vejo a comunidade muçulmana se organizar para criar uma lei onde todos têm de se ajoelhar para Meca ao meio-dia. Por que então algumas pessoas “em nome” de determinadas religiões tentam impor seu Deus e suas regras a toda uma sociedade? Não preciso ser negro para lutar contra o racismo. Não preciso ser judeu para lutar contra o antissemitismo. E você não precisa ser homossexual para lutar contra a homofobia.

(Carlos Tufvesson. *O Globo*. 15/12/2012)

### 01

“Uma relação pública abençoada por toda nossa família”.

Essa frase significa que

- (A) toda a sociedade conhece a família do autor do texto.
- (B) a família do autor abençoa o casamento dele.
- (C) toda a família do autor esteve presente em seu casamento civil.
- (D) a bênção recebida é a própria família construída.
- (E) a família do autor é abençoada pela felicidade comum.

### 02

Ao referir-se ao Código Civil, o autor do texto

- (A) pretende separar o espaço civil do religioso.
- (B) deseja mostrar a ilegalidade de casamentos nos novos moldes.
- (C) tenta justificar legalmente as novas formas de união civil.
- (D) quer indicar a legalidade de sua união matrimonial.
- (E) tem a intenção de justificar as uniões entre pessoas.

### 03

O título dado ao texto é “Perigosa Intolerância”. A intolerância referida é, no contexto de nosso artigo, praticada

- (A) por grupos religiosos que tentam impor sua visão de mundo.
- (B) por antissemitas e racistas.
- (C) por homossexuais contra a homofobia.
- (D) por arianos contra negros e mestiços.
- (E) por sociedades legais contra grupos antilegais.

### 04

“Neste segundo caso, com direito a vestidos nas noivas e beijos enfileirados lado a lado”. Os dois dados fornecidos – “vestidos de noiva” e “beijos enfileirados” – mostram

- (A) a presença de elementos tradicionais nos casamentos.
- (B) as modificações propostas pela sociedade atual nas formas dos casamentos.
- (C) uma permanência e uma modificação na tradição matrimonial.
- (D) a quebra de tabus tradicionais dos casamentos religiosos.
- (E) revoluções sexuais das relações modernas.

### 05

“Por que, afinal, as pessoas querem se casar?” Essa pergunta do texto é respondida da seguinte forma: as pessoas querem se casar porque

- (A) estabelecem, assim, entre si, vínculos mais profundos.
- (B) mostram publicamente à sociedade a força de seu amor.
- (C) demonstram o desejo de procriar e criar uma família.
- (D) desejam ter ampla proteção das leis civis.
- (E) pretendem valorizar os ritos religiosos.

**06**

Na decisão do ministro Luiz Felipe Salomão, reconhece-se

- (A) a impossibilidade legal de união sem o reconhecimento religioso.
- (B) a possibilidade legal de união entre pessoas do mesmo sexo.
- (C) o casamento entre homoafetivos, embora sem a mesma dignidade.
- (D) a capacidade de pessoas possuírem mais de uma união legal.
- (E) a permissão de pessoas se ligarem com base exclusiva na religião.

**07**

“Paradoxalmente, por algum critério de moralismo seletivo, o tal “beijo gay” ainda continua sendo um tabu”.

Assinale a alternativa que indica o paradoxo a que o autor do texto se refere.

- (A) A aceitação social de alguns casos fora do padrão dominante e a recusa de outros, sem uma razão aparente.
- (B) O conformismo diante de mudanças sociais violentas e o inconformismo diante de revoluções no terreno sexual.
- (C) O espanto diante de uma relação sexual que envolve dois homens e a compreensão da união afetiva de duas mulheres.
- (D) A permissão de abordarem-se temas escabrosos na televisão e a proibição de beijos entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) A existência de tabus dentro de uma sociedade altamente permissiva.

**08**

O ministro Luiz Felipe Salomão, para expor sua tese, apoiou-se na Carta Magna do país, ou seja, utilizou um argumento caracterizado como de

- (A) intimidação.
- (B) sedução.
- (C) tentação.
- (D) constrangimento.
- (E) autoridade.

**09**

“...por algum critério de moralismo seletivo, o tal “beijo gay” ainda continua sendo um tabu”. Sobre esse fragmento, assinale a afirmativa adequada.

- (A) A frase “por algum critério de moralismo seletivo” mostra uma certeza do autor do texto sobre o fato citado.
- (B) A expressão “o tal” refere-se a uma realidade qualquer de forma pejorativa.
- (C) O termo “beijo gay” aparece entre aspas por conter uma palavra estrangeira.
- (D) O termo “moralismo seletivo” indica que as pessoas fazem uma seleção entre o que é moralmente aceito a fim de afastarem o que é ilícito.
- (E) A forma verbal “continua sendo” indica que o tabu referido já existia antes e que permanece no momento de produção do texto.

**10**

“Neste segundo caso, com direito a vestidos nas noivas e beijos enfileirados lado a lado. Esse fato não provocou o menor alvoroço na sociedade como causa a manifestação de afeto entre duas pessoas do mesmo sexo”.

A observação correta sobre o emprego dos demonstrativos sublinhados é:

- (A) A forma “neste” é incorreta, pois se refere a um termo anterior e, por isso mesmo, deveria assumir a forma “nesse”.
- (B) A forma “esse” é incorreta, já que se refere a um termo imediatamente anterior e, por isso, a forma correta seria “este”.
- (C) A forma “esse” é correta, visto que se refere a um fato que ocorre no presente, tendo em vista o momento de elaboração do texto.
- (D) A forma “neste” está correta, pois se refere ao elemento mais próximo, entre dois termos anteriores.
- (E) As duas formas estão corretas pois se referem, respectivamente, a termos próximos do falante e do interlocutor.

**Raciocínio Lógico****11**

Em uma antiga fazenda foi encontrada uma caixa com 15 moedas de aparência idêntica. As moedas eram dobrões portugueses do século XVIII como o que se vê abaixo. Junto com as moedas havia um bilhete do antigo fazendeiro dizendo que uma dessas moedas é falsa, pois todas as moedas verdadeiras têm mesmo peso e a falsa tem peso um pouco menor.



dobrão português



balança de dois pratos

Utilizando uma balança de dois pratos e sem depender da sorte, o número mínimo de pesagens que permite identificar, com certeza, a moeda falsa é:

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 9.

**12**

Considere a afirmação: “*Toda aranha preta é venenosa.*”

A negação dessa afirmação é:

- (A) Toda aranha branca é venenosa.
- (B) Toda aranha preta não é venenosa.
- (C) Se uma aranha não é preta então não é venenosa.
- (D) Existe uma aranha preta que não é venenosa.
- (E) Existe uma aranha que não é preta e não é venenosa.

**13**

João comprou em uma loja de roupas esportivas uma bermuda e duas camisetas iguais pagando por tudo R\$40,00. Sabe-se que a bermuda custou R\$4,00 a mais do que uma camiseta.

O preço de uma camiseta é:

- (A) R\$6,00.
- (B) R\$10,00.
- (C) R\$12,00.
- (D) R\$14,00.
- (E) R\$16,00.

**14**

Em certo ano, o 100º dia caiu em um domingo.

Então, nesse ano, o 200º dia foi uma:

- (A) segunda-feira.
- (B) terça-feira.
- (C) quarta-feira.
- (D) quinta-feira.
- (E) sexta-feira.

**15**

Três pessoas, X, Y e Z conversam na sala de espera de um consultório médico. A secretária, que está ouvindo a conversa, sabe que uma delas nasceu em Corumbá, outra em Ponta Porã e outra em Coxim. Em certo momento, cada uma das três pessoas faz uma declaração:

- X diz: “Eu nasci em Coxim”.
- Y diz: “Eu não nasci em Ponta Porã”.
- Z diz: “Eu não nasci em Coxim”.

A secretária sabe que apenas uma delas disse a verdade.

Então, é correto concluir que:

- (A) X nasceu em Corumbá.
- (B) Y nasceu em Coxim.
- (C) Z nasceu em Ponta Porã.
- (D) X nasceu em Ponta Porã.
- (E) Y não nasceu em Corumbá.

**Atualidades****16**

A respeito do projeto para a sua residência, a Casa das Canoas (Rio de Janeiro, 1953), o arquiteto Oscar Niemeyer afirmou: “Minha preocupação foi projetar essa residência com inteira liberdade, adaptando-a aos desníveis do terreno, sem o modificar, fazendo-a em curvas, de forma a permitir que a vegetação nela penetrasse, sem a separação ostensiva da linha reta. E criei para as salas de estar uma zona em sombra, para que a parte envidraçada evitasse cortinas e a casa ficasse transparente como preferia”.



(Texto e imagem extraídos de *Casa das Canoas*, 1953)

Com relação ao projeto da Casa das Canoas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A laje do pavimento principal explora a plasticidade do concreto em formas livres e sinuosas que se prolongam e acompanham o contorno livre do espelho d'água da piscina.
- II. A fluidez espacial e as formas flutuantes permitem que a Casa levite no espaço, que se agita embaixo, ao redor, tanto quanto penetra por dentro dela.
- III. O projeto realiza os princípios da arquitetura moderna: a supremacia da função sobre a forma, as linhas retas e puras e o diálogo com as peculiaridades regionais e naturais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**17**

“A Espanha é um país de verdade ou uma coleção de nações descontentes, unidas contra a vontade pela história e destinadas a separar-se?”

(GilesTremlett, *The Economist*, janeiro de 2013)

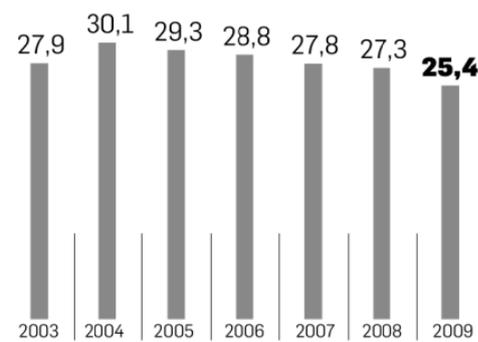
Com esta indagação, o jornalista se refere

- (A) ao sistema federalista que rege o Estado espanhol desde 1978.
- (B) ao movimento de apoio à independência da Catalunha.
- (C) à nova política tributária, que estabelece a autodeterminação das províncias.
- (D) à transformação do movimento armado ETA em partido político.
- (E) ao movimento religioso da Galícia, que reivindica autonomia religiosa.

**18**

● **Participação da indústria no PIB**

EM PORCENTAGEM



FONTE: IPEADATA

INFOGRÁFICO/AE

(<http://blogs.estadao.com.br/celso-ming>)

Com base nos dados do gráfico, assinale a alternativa que indica uma tendência da economia brasileira.

- (A) A reestruturação da indústria após a valorização do real (queda do dólar) provoca o aumento da competitividade do setor secundário.
- (B) A retração do peso da indústria no PIB está relacionada ao crescimento da produção de *commodities*, processo típico das economias desenvolvidas.
- (C) O forte aumento do consumo de produtos importados, após a liberalização da economia, promoveu um forte crescimento da indústria nacional.
- (D) A perda relativa do peso da indústria de transformação no fluxo global de riqueza do país explica a conseqüente diminuição na capacidade de gerar valor agregado.
- (E) O novo padrão de especialização, baseado em produtos intensivos em tecnologia, diminui o volume de exportações, mas aumenta o valor agregado.

**19**

“Hashtag”, termo usado no Twitter para agrupar todos os comentários sobre o mesmo tema, foi eleito o vocábulo mais popular de 2012. A palavra hashtag é formada pela união do vocábulo inglês hash, que indica o símbolo #, e tag (etiqueta), sendo usada para indicar uma categoria temática, facilitando a pesquisa dos comentários na rede. Os hashtag mais usados no ano passado foram “#London2012” e “#Obama”.

(Adaptado de [www.repubblica.it/tecnologia/2013](http://www.repubblica.it/tecnologia/2013))

A disseminação de redes sociais e a criação de instrumentos de busca e conexão, como o *hashtag*, indicam tendências inovadoras na dinâmica comunicativa das novas gerações.

As alternativas a seguir apresentam efeitos dessas novas tendências, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A transformação do *Twitter* em um meio eficaz para rápida difusão de notícias, como instrumento de jornalismo participativo.
- (B) A função dos *hashtag* como agregadores instantâneos de conteúdos e informações, muito utilizados durante manifestações de cidadania online.
- (C) A instrumentalização das redes sociais como espaços de protesto, de estabelecimento de consensos, de democratização da informação ou de marketing pessoal e profissional.
- (D) A criação de novas fronteiras de interação social, por meio da anotação, cruzamento e multiplicação de informações sobre a realidade local e global.
- (E) O aumento do grau de confiabilidade das informações que circulam na estrutura aberta das redes sociais.

**20**

O projeto “Andar de Novo” está sendo desenvolvido pelo neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis Jr. Nesse projeto, investiga-se como impulsos nervosos podem fazer um paraplégico ou um tetraplégico andar novamente.



Assinale a alternativa que identifica corretamente a tecnologia utilizada nesse projeto.

- (A) Interface cérebro-máquina.
- (B) Produção de células-tronco para regeneração de neurônios.
- (C) Cirurgias de restauração da medula espinhal.
- (D) Próteses com fibra de carbono.
- (E) Nanotecnologia molecular.

## Legislação Institucional

### 21

Com relação à vedação do exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado o exercício da advocacia aos servidores efetivos, comissionados, requisitados ou colocados à disposição do Ministério Público.
- II. Ficam resguardados os atos processuais já praticados, vedando-se, entretanto, a continuidade do exercício da advocacia, mesmo àqueles que já venham exercendo essa atividade até a data da publicação da Resolução n. 27/08 do Conselho Nacional do Ministério Público, observado o impedimento fixado no Art. 30, I, da Lei n. 8.906/94.
- III. Em caso de necessidade do serviço, desde que observado o interesse público, os servidores efetivos e estáveis do Ministério Público poderão receber autorização específica para exercício da advocacia, mediante aprovação de maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 22

Com relação ao Sistema de Registro de Preços no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, analise as afirmativas a seguir.

- I. Poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.
- II. Será cancelado o registro do fornecedor, quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Ministério Público, sem justificativa aceitável.
- III. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, salvo na hipótese de alteração de preços de mercado, na forma do regramento específico.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

### 23

Acerca da movimentação no quadro e do desenvolvimento do servidor efetivo nas carreiras do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a afirmativa correta.

- (A) Dar-se-á mediante progressão funcional, promoção ou remoção, limitada, em caso de pendência de estágio probatório, à mesma unidade territorial.
- (B) Diversamente do que ocorre com a remoção, a promoção e a progressão funcional acarretam a mudança de cargo;
- (C) No interesse e conveniência da Administração, para ajustamento de lotação às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgãos do Ministério Público, por redistribuição, poderá haver o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago.
- (D) A promoção consiste na movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de 1 (um) ano em relação à promoção imediatamente anterior para o critério de merecimento e de 3 (três) anos para o de antiguidade.
- (E) A progressão funcional é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de 2 (dois anos) em relação à promoção imediatamente anterior.

### 24

Com relação ao exercício das funções do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. Poderá instruir inquéritos civis e outros procedimentos pertinentes, expedindo notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei.
- II. A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação regular para instrução de inquérito civil ou outro procedimento pertinente instaurado pelo Ministério Público, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do respectivo membro.
- III. Poderá requisitar informações e documentos a entidades privadas ou públicas, para instruir procedimentos ou processo em que officie, encaminhando-se tais requisições e notificações por meio do Procurador-Geral de Justiça.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**25**

A respeito das atribuições administrativas do Procurador-Geral de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Determina ao Corregedor-Geral a instauração de processo disciplinar contra membro ou servidor do Ministério Público.
- (B) Avoca processos conduzidos por Promotor ou Procurador de Justiça suspeito ou impedido.
- (C) Escolhe e nomeia o Corregedor-Geral entre os membros do Ministério Público com mais de dez anos na carreira.
- (D) Solicita à Ordem dos Advogados do Brasil a indicação de representante para compor a Ouvidoria-Geral.
- (E) Integra, como membro nato, e preside o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso.

## Conhecimentos Específicos

### Direito Constitucional

**26**

Com relação às liberdades de expressão e de comunicação, definidas na Constituição, analise as afirmativas a seguir.

- I. A publicação de matéria jornalística, cujo conteúdo divulgue observações em caráter mordaz ou irônico ou veicule opiniões em tom de crítica severa dirigida contra uma figura pública, caracteriza, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, violação de direito da personalidade, apta a ensejar a reparação por dano moral.
- II. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a exigência de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista não foi recepcionada pela Constituição de 1988.
- III. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a criação de uma ordem ou conselho profissional para a fiscalização do exercício da atividade jornalística configura controle prévio e censura às liberdades de expressão e de informação.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

**27**

O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da Lei n. 1.234, do Estado "X", que estabelecia reserva de vagas para as mulheres nas universidades estaduais, por entender configurada a ofensa ao princípio constitucional da isonomia.

Se outro Estado da Federação editar lei de idêntico teor e o Supremo Tribunal Federal admitir o cabimento da Reclamação contra a nova lei, reconhecendo atentado à autoridade da sua decisão, estará adotando a teoria

- (A) da inconstitucionalidade por arrastamento.
- (B) da inconstitucionalidade superveniente.
- (C) da eficácia transcendente dos motivos determinantes.
- (D) da inconstitucionalidade progressiva.
- (E) da Supremacia da Constituição.

**28**

São parâmetros para o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma *Norma*:

- (A) apenas as normas do corpo permanente da Constituição.
- (B) apenas as normas do corpo permanente da Constituição e as Disposições Constitucionais Transitórias.
- (C) as normas do corpo permanente da Constituição, as disposições Constitucionais Transitórias e o Preâmbulo.
- (D) o Preâmbulo e as normas do corpo permanente da Constituição.
- (E) as normas do corpo permanente da Constituição, as Disposições Constitucionais Transitórias e o texto das Emendas Constitucionais.

**29**

João, com sessenta e seis anos de idade, obteve decisão favorável, já transitada em julgado, em demanda de revisão de proventos de aposentadoria movida contra a União. Os cálculos de execução alcançam o montante de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

Considerando que os cálculos estejam corretos e que a União não oponha embargos à execução, o valor devido a João

- (A) poderá ser inteiramente pago por Requisição de Pequeno Valor (RPV), uma vez que o autor é idoso.
- (B) será pago com preferência sobre todos os demais débitos, até o equivalente ao triplo do fixado em lei para pagamento por RPV, e o restante, na ordem dos precatórios.
- (C) deverá ser inteiramente pago por precatório, sem qualquer preferência, uma vez que é vedado o fracionamento de valores.
- (D) será fracionado, para fins de recebimento por RPV e o restante por precatório, uma vez que João é pessoa idosa.
- (E) será integralmente pago com preferência sobre os demais precatórios, uma vez que o autor é pessoa idosa.

**30**

O Presidente da República, durante entrevista coletiva, agrediu, com socos e pontapés, um jornalista que fez uma pergunta relativa à ocorrência de desvio de recursos em obras públicas federais, conduta atribuída a um dos Ministros de Estado, filiado ao mesmo partido político do Presidente.

Nesse caso,

- (A) será necessário aguardar o final do mandato presidencial para dar início à persecução penal.
- (B) o Presidente da República somente poderá ser submetido a julgamento após autorização do Senado Federal.
- (C) o Supremo Tribunal Federal é o órgão competente para proceder ao julgamento do Presidente.
- (D) a agressão ao jornalista configura crime de responsabilidade do Presidente da República.
- (E) o Presidente da República tem imunidade em relação à prática dos crimes comuns.

**31**

Uma das promessas de campanha do Presidente da República era a de racionalizar a máquina administrativa. A fim de atingir esse objetivo, o Presidente editou, no mesmo dia, dois decretos: pelo primeiro, atribuiu a um Ministério, já existente, uma nova função, sem previsão de aumento de despesa; pelo segundo, criou um novo Ministério, para coordenar a atuação dos demais.

Em relação à situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O primeiro decreto é constitucional e o segundo, inconstitucional, pois a criação de Ministério é matéria submetida à reserva de lei.
- (B) Os dois decretos são constitucionais, pois compete ao Presidente da República dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública federal.
- (C) Os dois decretos são inconstitucionais, pois não subsiste, em nosso ordenamento, hipótese de decreto autônomo, que inove na ordem jurídica, cabendo a tal diploma apenas a regulamentação da lei.
- (D) O primeiro decreto é inconstitucional, por exorbitar do poder regulamentar, e o segundo, constitucional.
- (E) Os dois decretos são constitucionais, pois se destinam unicamente a regulamentar as leis de organização da Administração Pública Federal.

**32**

Acerca das disposições constitucionais referentes à Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados, vedado o seu preenchimento por estrangeiros não naturalizados.
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III. A Emenda Constitucional n. 19/1998 passou a vedar a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

**Direito Administrativo****33**

O Estado “X” resolve realizar licitação para construção de um prédio destinado à instalação de uma de suas Secretarias de Estado. No curso do procedimento vaga um prédio público capaz de instalar, com conforto, o referido órgão.

Acerca da *invalidação e revogação de licitação*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A licitação deve ser anulada pela Administração Pública porque ela dispõe de elementos que a fazem concluir que não mais precisa do objeto licitado.
- (B) A licitação só pode ser revogada por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente constatados, desde que decorrentes de fato superveniente.
- (C) A licitação só pode ser revogada por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente constatados, desde que autorizados em lei.
- (D) A licitação só pode ser revogada pelos motivos prévia e devidamente descritos no Edital do certame, não havendo, neste caso, discricionariedade da Administração Pública.
- (E) A licitação pode ser revogada, sempre que for constatada a conveniência e a oportunidade, devidamente justificada pelo Administrador.

**34**

O prefeito recém-eleito do Município “X”, visando tornar a administração municipal mais eficiente, resolve elaborar uma nova forma de atuação da Administração Pública e, para tanto, precisa reorganizá-la.

Considerando a situação acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prefeito pode criar qualquer órgão público sem necessitar de lei para tanto, desde que não implique em aumento de despesa.
- (B) O prefeito não pode criar ou extinguir órgão público, somente podendo reestruturar a administração pública desde que não crie despesa.
- (C) O prefeito pode criar órgão público somente por lei, a qual será de sua iniciativa ou do secretário municipal ao qual o órgão estiver vinculado.
- (D) O prefeito pode extinguir qualquer órgão público sem necessitar de lei para tanto, já que isso, necessariamente, não implicará em aumento de despesa.
- (E) O prefeito pode criar ou extinguir órgão público desde que não crie nova despesa, somente necessitando de lei caso deseje criar ente da administração pública indireta.

**35**

Sobre o *Poder de Polícia*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. São características do poder de polícia a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- II. O poder de polícia somente pode ser exercido por pessoa jurídica integrante da Administração Pública.
- III. A Polícia Administrativa incide sobre pessoas, enquanto a Polícia Judiciária sobre atividades.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**36**

As alternativas a seguir apresentam cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Rescisão unilateral do contrato.
- (B) Fiscalização unilateral da obra.
- (C) Alteração unilateral do preço.
- (D) Aplicação de sanções administrativas.
- (E) Inoponibilidade relativa da exceção do contrato não cumprido.

**37**

João, policial militar do Estado “X”, ao presenciar uma tentativa de assalto, realiza disparos de arma de fogo que impedem a ocorrência do crime e atingem um automóvel estacionado no local.

Considerando a situação acima descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado “X” não responde pelo dano causado ao automóvel, vez que tal foi necessário para impedir a prática de um crime.
- (B) O Estado “X” responde pelo dano causado e poderá, em ação regressiva, apurar a responsabilidade de João, caso comprove que agiu com culpa em sentido amplo.
- (C) O Estado “X” responde pelo dano causado juntamente com João, tendo em vista que é manifesta a falha na prestação do serviço.
- (D) João, apesar de no exercício de seu múnus público, responde pelo ato, vez que o dono do automóvel não tinha qualquer relação com o crime.
- (E) O dano ao automóvel, por decorrer de fortuito externo, não gera a responsabilização nem do Estado “X”, nem de seu policial, João.

**38**

Sobre a *dispensa* e a *inexigibilidade* de licitações, assinale a afirmativa correta.

- (A) A licitação deserta ocorre quando nenhum interessado acudir ao certame e ele não puder ser repetido sem prejuízo para a Administração.
- (B) A licitação é dispensável quanto não há viabilidade de competição entre os interessados, devendo-se realizar a contratação direta.
- (C) As hipóteses de inexigibilidade de licitação estão previstas de forma taxativa na Lei de Licitações, não se admitindo a sua interpretação extensiva.
- (D) A licitação para contratação direta pode ser dispensada pelo Poder Público quando houver profissionais com notória especialização, desde que por preço de mercado.
- (E) A licitação diz-se frustrada quando, mesmo tendo acudido interessados, a mesma não se realiza por motivos de caso fortuito ou força maior.

**39**

Acerca das *modalidades de licitação* previstas na Lei n. 8.666/93, assinale a afirmativa correta.

- (A) A *concorrência* é a modalidade mais estrita, somente podendo ser utilizada nas grandes compras e obras da Administração Pública.
- (B) O *convite* é a modalidade que, no caso de compras, somente pode ser utilizada para valores iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00.
- (C) O *leilão* somente pode ser utilizado para a venda de bens móveis da Administração Pública pois, no caso de imóveis, se procede a praça.
- (D) O *concurso* é a modalidade de licitação que visa à contratação de pessoal para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas.
- (E) A *tomada de preços* é a modalidade de licitação que somente pode ser utilizada para serviços e compras padronizadas.

**40**

Sobre o procedimento licitatório necessário à *alienação de bens imóveis* da Administração Pública Direta, analise as afirmativas a seguir.

- I. A alienação deverá ser sempre precedida de licitação na modalidade de concorrência.
- II. Os bens imóveis somente poderão ser alienados quando inservíveis para a Administração Pública.
- III. A alienação independe de autorização legislativa.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver incorreta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

**41**

O *pregão*, modalidade de licitação criada pela Lei n. 10.520/2002, foi festejado por imprimir maior celeridade e maior economicidade nas licitações e contratações públicas. Acerca do *pregão*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A inversão de fases, julgando a proposta de preços antes da habilitação, e a existência de uma fase de lances verbais como forma de fomentar a competitividade, foram inovações trazidas pelo Pregão.
- II. O pregão é adequado para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo considerados como tais aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- III. O pregão foi instituído pela Medida Provisória n. 2.026/2000, a qual somente permitia que a União o realizasse, o que, após a sua conversão, foi corrigido e estendido para os demais entes (Estados e Municípios).

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**42**

A União, desejando realizar a exploração de uma atividade econômica, resolve criar uma sociedade de economia mista.

Com relação às *sociedades de economia mista*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sociedade de economia mista deve ser criada por lei.
- (B) A União deve possuir ao menos metade de seu capital social.
- (C) A sociedade de economia mista deve seguir todas as regras trabalhistas da iniciativa privada.
- (D) O cargo de presidente de sociedade de economia mista é privativo de brasileiro nato.
- (E) A sociedade de economia mista não precisa realizar licitação em hipótese alguma.

**Direito Civil e Processual Civil****43**

O Código de Processo Civil passou por inúmeras reformas desde 1973, quando foi editado. Houve significativa alteração em relação ao processo de conhecimento, de modo a tornar o processo sincrético, possibilitando a cognição e a execução num único processo (Lei n. 11.232/2005). O processo de execução, todavia, permanece parte integrante do CPC e tem cabimento para a execução de títulos extrajudiciais.

A respeito do processo de execução, assinale a afirmativa correta.

- (A) É lícito ao exequente requerer lhe sejam adjudicados bens penhorados antes de serem submetidos à hasta pública.
- (B) O executado poderá se opor à execução por meio de embargos, interpostos no prazo de dez dias e desde que comprovado seguro o juízo por meio da prestação de caução.
- (C) Os bens absolutamente impenhoráveis e inalienáveis não estão sujeitos à execução e, portanto, nem mesmo os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, em qualquer hipótese, podem ser penhorados.
- (D) Em se tratando de bem indivisível e sendo o cônjuge do executado alheio à execução, não poderá recair penhora sobre tal bem, quando houver direito à meação.
- (E) Na execução por carta, caso o executado queira opor-se por meio de embargos, esses serão oferecidos no juízo deprecante que detém competência para julgá-los, ainda que versem unicamente sobre vícios da penhora.

**44**

O *agravo* é o recurso cabível para o enfrentamento de decisões prolatadas em processo judicial. Partindo desse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. O agravo retido contra decisão prolatada em audiência de instrução e julgamento deve ser oral e interposto imediatamente ao ato, sob pena de preclusão.
- II. O agravo de instrumento deverá ser dirigido ao juízo que prolatou a decisão guerreada que, após dar vista ao agravado para responder, remeterá o recurso e a resposta ao tribunal competente.
- III. A petição de agravo contra decisão que não admite recurso extraordinário ou recurso especial deverá ser dirigida à presidência do tribunal de origem e independe do pagamento de custas e despesas postais.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

**45**

Felipe reside e é proprietário de uma casa em Salvador. Ele recebeu uma proposta de trabalho irrecusável e decidiu se mudar para Campo Grande-MS, onde residirá e trabalhará em Dourados, cidade próxima de Campo Grande, deixando a casa de Salvador fechada.

Após despachar todos os seus pertences para Campo Grande-MS, ele resolveu fazer o trajeto de Salvador até Campo Grande-MS de carro, pernoitando em Brasília. Chegando a Campo Grande-MS, só teve uma semana para arrumar a casa nova, pois já começou a trabalhar em Dourados como advogado.

Considerando o contexto fático apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Felipe mudou de morada ao se transferir para o Campo Grande-MS.
- (B) Felipe está domiciliado em Brasília, pois pernoitou nesta cidade.
- (C) Felipe não tem domicílio profissional em Dourados, apesar de trabalhar nesta cidade.
- (D) Felipe ainda está domiciliado em Salvador, pois possui um imóvel nesta cidade.
- (E) Felipe alterou o seu domicílio de forma voluntária, ao se transferir para Campo Grande-MS.

**46**

Pedro, insolvente notório, sabendo que não terá condições de arcar com o pagamento de todas as suas dívidas, resolve vender todos os seus bens com o objetivo de causar prejuízos aos seus credores, impossibilitando-os de receber os respectivos créditos.

Considerando o contexto fático apresentado, assinale o instituto jurídico que se amolda à hipótese.

- (A) Lesão.
- (B) Dolo.
- (C) Estado de perigo.
- (D) Fraude contra credores.
- (E) Simulação.

**47**

Com relação ao *nome civil*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O prenome é modificável em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.
- (B) O nome civil é considerado direito da personalidade e é matéria de ordem pública.
- (C) O prenome será necessariamente composto, no caso de gêmeos, com idêntico prenome.
- (D) O nome civil da pessoa natural é composto pelo prenome e pelo sobrenome, podendo ainda possuir um agnome.
- (E) O sobrenome só pode ser modificado em decorrência de casamento ou divórcio.

**48**

O *mandado de segurança* será concedido para proteger direito líquido e certo quando, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou justo receio de que venha a sofrê-lo, por parte de autoridade.

Essa ferramenta jurídica foi objeto de recente reforma por meio da Lei n. 12.016/2009.

A respeito dessa temática, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incabível mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, sendo cabível, entretanto, de decisão judicial transitada em julgado.
- (B) A sentença ou acórdão que denegar mandado de segurança, ainda que sem decidir o mérito, impedirá que o requerente pleiteie seus direitos em ação própria por força da coisa julgada.
- (C) Indeferida a petição inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação; sendo a competência originária dos tribunais, do ato do relator que indefere a inicial caberá agravo.
- (D) O mandado de segurança somente poderá ser impetrado por pessoa física em caráter individual ou coletivo, não sendo cabível em favor de pessoa jurídica.
- (E) A petição inicial deverá indicar a autoridade coatora, ou seja, aquela que tenha praticado o ato impugnado e não aquela da qual emana a ordem, bem como a pessoa jurídica que essa integre.

**49**

Dentre as *tutelas de urgência* dispostas no ordenamento processual civil se encontram as medidas cautelares que podem ser nominadas ou inominadas, tendo como pressuposto basilar a presença dos elementos *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

A respeito do processo cautelar, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exibição judicial de documento ou coisa terá cabimento como procedimento cautelar autônomo quando for preparatório; caso seja incidente ao processo principal, deverá ser requerida nos próprios autos.
- (B) A medida cautelar é um procedimento célere por sua própria natureza que visa a evitar a ocorrência de lesão grave ou de difícil reparação antes do julgamento da lide principal e, portanto, não comporta concessão de medidas liminares.
- (C) A medida cautelar de sequestro poderá ser intentada quando houver litígio recaído sobre disputa de propriedade de bens móveis e semoventes, não sendo cabível quando a disputa judicial atingir bens imóveis.
- (D) O arresto é medida cautelar cabível contra devedor sem domicílio certo que, dentre outras hipóteses enumeradas pelo legislador, deixa de pagar obrigação no prazo estipulado; não tem cabimento contra devedor que tenha domicílio certo.
- (E) A busca e a apreensão de coisas se dá por meio de processo cautelar nominado para apreensão de bem material corpóreo que possua valor econômico, não sendo aplicável a medida cautelar quando se tratar de pessoas.

**50**

José, uruguaio, promove medida judicial perante a autoridade judiciária do país de sua nacionalidade apontando como réu Onofre, brasileiro, residente no Uruguai. A demanda tem por objeto determinado imóvel situado em território brasileiro.

Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A demanda poderá ser conhecida pela autoridade estrangeira, mas deverá ser homologada pela autoridade judiciária brasileira para que surtam seus efeitos, independentemente da nacionalidade das partes, tendo em vista que o imóvel está em território nacional.
- (B) A demanda promovida por José não poderá ser executada no Brasil, uma vez que a competência para conhecer ações relativas a imóvel situado em território nacional é exclusiva da autoridade judiciária brasileira.
- (C) A decisão prolatada pela autoridade estrangeira somente terá efeito em território nacional se homologada pela autoridade judiciária brasileira e em razão de figurar como sujeito do processo pessoa de nacionalidade brasileira.
- (D) A sentença prolatada pela autoridade judiciária do Uruguai não poderá ser executada no Brasil, ainda que o réu seja brasileiro e o imóvel esteja em território nacional, porque as partes autora e ré possuem domicílio em território estrangeiro.
- (E) A demanda deveria ser ajuizada no Brasil, por envolver interesse de pessoa brasileira e, caso ambos os envolvidos fossem uruguaios, ainda que o bem estivesse situado em território nacional, a ação poderia ser conhecida pela autoridade judiciária do Uruguai e homologada pela brasileira.

**Direito Penal e Processual Penal****51**

No Direito Penal brasileiro, prevalece no âmbito doutrinário e jurisprudencial a adoção da teoria tripartida do fato criminoso, ou seja, crime é a conduta típica, ilícita e culpável. Nem toda conduta típica será ilícita, tendo em vista que existem causas de exclusão da ilicitude.

As alternativas a seguir apresentam causas que excluem a ilicitude, de acordo com o Código Penal, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Legítima Defesa.
- (B) Obediência hierárquica.
- (C) Estrito cumprimento de dever legal.
- (D) Exercício regular de direito.
- (E) Estado de necessidade.

**52**

Diante das falhas do sistema penitenciário atual, o Direito Penal moderno vem buscando evitar o encarceramento, em especial através da previsão de medidas alternativas à pena privativa de liberdade.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) São hipóteses de penas restritivas de direito a prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana.
- (B) Poderá a pena privativa de liberdade inferior a 4 anos ser substituída pela restritiva de direito se o réu for tecnicamente primário, mas não será admitida a substituição em nenhuma hipótese de réu reincidente.
- (C) De acordo com o Código Penal, a pena privativa de liberdade inferior a 6 meses poderá ser substituída por apenas uma restritiva de direitos, inclusive prestação de serviços à comunidade.
- (D) A pena restritiva de direito converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta, não sendo deduzido o tempo de pena cumprido da restritiva de direitos.
- (E) Em qualquer hipótese, sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, a pena restritiva de direito deverá ser convertida em privativa de liberdade.

**53**

Sobre o *instituto do livramento condicional*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A obtenção do livramento condicional nos casos de condenação por crimes hediondos exige, como requisito temporal, o cumprimento de mais de dois terços da pena pelo condenado primário e mais de três quintos para o condenado reincidente na prática de crimes desta natureza.
- (B) Tem como requisito temporal, em regra, o cumprimento de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- (C) As penas que correspondem às infrações diversas devem somar-se para efeito de livramento.
- (D) Se o liberado for condenado irrecorrivelmente, por crime ou contravenção, à pena que não seja privativa de liberdade, poderá o juiz revogar o livramento.
- (E) A revogação será obrigatória se o liberado vem a ser condenado à pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível, por crime cometido durante vigência do benefício.

**54**

O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova. Todas as provas são relativas, não ficando o magistrado subordinado a nenhum critério apriorístico no apurar, através dela, a verdade.

Sobre o *direito probatório*, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) É papel da testemunha sempre expor seus conhecimentos sobre os fatos, além de suas apreciações pessoais.
- (B) A expedição de carta precatória para oitiva de testemunha suspende a instrução criminal.
- (C) O juiz, ao verificar que a veracidade do depoimento da testemunha pode ficar comprometido pela presença do réu, causando humilhação, temor ou sério constrangimento à testemunha, determinará a retirada do réu, independente de qualquer medida anterior.
- (D) Desde a reforma do Código de Processo Penal realizada pela Lei n. 11.690/2008, o interrogatório do réu no procedimento ordinário passou a ser feito pelo sistema *cross examination*, ou seja, primeiro as partes devem formular as perguntas ao réu. Ao magistrado cabe a complementação, formulando perguntas que entenda pertinente.
- (E) O ofendido, quando devidamente intimado para prestar declarações sobre as circunstâncias da infração, pode ser conduzido à presença da autoridade, se deixar de comparecer sem justo motivo.

**55**

Em 2011, a Lei n. 12.403 trouxe uma série de inovações no tratamento conferido pelo Código de Processo Penal às prisões cautelares. Ademais, uma grande novidade foi a previsão detalhada de medidas cautelares típicas diversas da prisão que poderão ser aplicadas pelo magistrado.

Sobre o tema *prisão e medidas cautelares*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase do processo penal ou investigação policial, sempre de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do assistente de acusação ou do querelante, ou por representação da autoridade policial.
- (B) De acordo com a jurisprudência amplamente majoritária do Superior Tribunal de Justiça, tanto o flagrante esperado quanto o flagrante preparado são ilegais.
- (C) A medida cautelar de internação provisória poderá ser decretada nos crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável o acusado, desde que haja risco de reiteração.
- (D) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar, de acordo com o Código de Processo Penal, sempre que o agente for maior de 65 anos.
- (E) A prisão temporária será decretada pelo juiz pelo prazo máximo de 10 dias, prorrogável por igual período no caso de extrema e comprovada necessidade.

**56**

As *ações penais* podem ser classificadas como públicas incondicionadas, públicas condicionadas à representação ou à requisição do Ministro da Justiça ou ação penal privada.

A respeito dessas modalidades, assinale a afirmativa correta.

- (A) A representação feita pelo ofendido é retratável até o momento do recebimento da denúncia.
- (B) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado ou Município, a ação penal será pública.
- (C) O direito de representação não possui uma forma predeterminada, podendo ser exercido mediante declaração pessoal do ofendido ou de procurador com poderes gerais, de maneira escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público ou à autoridade policial.
- (D) No caso de morte do ofendido, se a ação penal de natureza privada não for classificada como personalíssima, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, companheiro, ascendentes e descendentes, mas não ao irmão.
- (E) O perdão independe de aceitação do querelado, tácita ou expressa.

**57**

A competência em matéria penal, condicionando o exercício da jurisdição, representa um conjunto de regras que asseguram a eficácia do princípio da imparcialidade e, em especial, do juiz natural.

Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Mesmo quando conhecido o local da infração, nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de sua residência ou domicílio.
- (B) Quando houver conexão entre crime federal e estadual, a consequência necessária será a cisão dos processos, com julgamento na Justiça Federal e Estadual, respectivamente.
- (C) Qualquer que seja o crime cometido, cabe ao Tribunal de Justiça julgar os juízes estaduais, do Distrito Federal e dos Territórios.
- (D) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, estabelecido “exclusivamente” pela Constituição estadual.
- (E) O membro do Ministério Público estadual vinculado ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que cometer crime doloso contra a vida será julgado perante o Tribunal do Júri deste estado, qualquer que seja o local da infração, diante da previsão de foro por prerrogativa de função.

**58**

Determinado agente, insatisfeito com as diversas brigas que tinha com seu vizinho, resolve matá-lo. Ao ver seu desafeto passando pela rua, pega sua arma, que estava em situação regular e contava com apenas uma bala, e atira, vindo a atingi-lo na barriga. Lembrando-se que o vizinho era pai de duas crianças, arrepende-se de seu ato e leva a vítima ao hospital. O médico, diante do pronto atendimento e rápida cirurgia, salva a vida da vítima.

Diante da situação acima, o membro do Ministério Público deve

- (A) denunciar o agente pelo crime de lesão corporal, pois o arrependimento posterior no caso impede que o agente responda pelo resultado pretendido inicialmente.
- (B) denunciar o agente pelo crime de lesão corporal, pois houve arrependimento eficaz.
- (C) denunciar o agente pelo crime de lesão corporal, pois houve desistência voluntária.
- (D) denunciar o agente pelo crime de tentativa de homicídio, tendo em vista que o resultado pretendido inicialmente não foi obtido.
- (E) requerer o arquivamento, diante da atipicidade da conduta.

**59**

José, funcionário público, no dia 10.10.2008, apropriou-se de dinheiro recebido de terceiro por erro, no exercício do cargo. Tendo em vista que contava com 19 anos completos, foi instaurado inquérito policial para apurar a ocorrência da infração. A investigação foi recebida pelo membro do Ministério Público em 11.10.2012, onde ficou constatado que há indícios de autoria e materialidade na prática do crime de peculato mediante erro de outrem, que tem prevista a pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

Com relação à situação acima, é correto afirmar que:

- (A) o *parquet* deve oferecer denúncia pela prática do crime de peculato mediante erro de outrem, indicando obrigatoriamente todas as atenuantes e agravantes que entenda presente na hipótese fática.
- (B) o *parquet* deve requerer ao juiz a extinção da punibilidade pela prescrição pela pena ideal, tendo em vista que, sendo o réu primário, provavelmente haverá prescrição com base na pena posteriormente aplicada.
- (C) o *parquet* deve requerer ao juiz o arquivamento com base na extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.
- (D) o *parquet* deve oferecer denúncia pela prática do crime de peculato mediante erro de outrem, sem necessidade de indicar todas as agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso concreto.
- (E) o *parquet* deve requerer ao juiz o arquivamento com base na extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória.

**60**

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127 da Constituição).

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.
- II. A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- III. No caso de ação penal privada subsidiária da pública, cabe ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, interpor recurso e, no caso de negligência do querelante e desde que haja sua concordância, retomar a ação penal como parte principal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## Prova Discursiva

Leia o fragmento a seguir.

O Município “A” resolve delegar para a iniciativa privada o serviço público municipal de gás canalizado e, considerando o valor do contrato em 1 milhão de reais, realiza licitação na modalidade de *tomada de preços*, com fundamento no Art. 23, inciso I, alínea b, da Lei n. 8.666/93, na qual se sagra vencedora a Empresa “M”, para quem é outorgado o contrato.

Tendo tomado ciência da referida concessão, a Empresa “X”, que já presta o mesmo serviço com exclusividade, por força de delegação do Estado, resolve impugnar o ato por meio de recurso administrativo.

Em seu recurso a Empresa “X” alega que presta o referido serviço com exclusividade, segundo o Edital da Licitação da qual participou, em razão da necessidade de instalar uma extensa rede de distribuição. O Município “A”, entendendo que a reclamação da Empresa “X” está fundada exclusivamente na tentativa de manter um monopólio sobre um serviço público, não conhece do recurso ao fundamento de que, como a Empresa “X” não participou da licitação, ela não teria interesse recursal.

Diante da hipótese apresentada e com vistas à propositura da ação judicial cabível, responda aos itens a seguir.

- I. **Analise a competência do Município para delegar o serviço público em análise.**
- II. **Justifique a modalidade de licitação adotada.**
- III. **Aposte os argumentos favoráveis à pretensão da Empresa “X”.**

## Atenção!

As folhas a seguir devem ser usadas como rascunho.

Transcreva seu texto no local apropriado da folha de texto definitivo, pois não será avaliado o texto escrito em local indevido.

Utilize o mínimo de 35 (trinta e cinco) e o máximo de 40 (quarenta) linhas para transcrever seu texto.

Na folha de texto definitivo não se identifique, pois isso pode anular sua prova.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	



Realização

